



## "História de Revista: A conquista do voto feminino (1932) pela abordagem da *Vida Capichaba*, análise de matérias jornalísticas".<sup>1</sup>

Esther Ramos RADAELLI<sup>2</sup>

Gabriela Santos ALVES<sup>3</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

### 1 Resumo

Entre 1923 e 1957, circulou no Espírito Santo a revista *Vida Capichaba*, publicação de maior duração que o estado já teve. O veículo ditou moda e tendências de comportamento nas décadas em que sobreviveu, porém, por mais que essa revista tenha impactado na vida da elite capixaba, os estudos a seu respeito são insipientes. Por esse motivo, o resgate da história da imprensa do estado se faz necessário, para que se tenha um registro dos importantes veículos de comunicação que aqui tiveram, e a *Vida Capichaba* é um dos principais deles. Considerando que seu público alvo era em grande parte feminino, o objetivo dessa pesquisa é analisar os artigos que a revista trouxe sobre a conquista do voto feminino em 1932.

**Palavras-chave:** *Vida Capichaba*; voto feminino; imprensa do Espírito Santo.

### 2 A Imprensa no Brasil

Até o fim do período colonial, o Brasil não sabia o que era ter uma imprensa. As publicações que tentavam aqui se instaurar chegavam clandestinamente e, não conseguiam atingir número significativo de pessoas, já que a grande maioria da população era analfabeta. Porém, com a chegada de D. João VI ao país, a imprensa oficial foi instalada. Assim, o nosso primeiro contato com uma imprensa legal, por mais que atrelada ao governo, se deu apenas em 1808 (ROSTOLDO, 2007), enquanto em outros países, como México e Peru, a imprensa já havia chegado no século XVI (PIERANTE; MARTINS, 2006).

Já quando falamos de revista no Brasil, a primeira a ser impressa aqui aparece em 1812, em Salvador, na Bahia. As *Variedades ou Ensaios de Literatura* tinha aspecto de livro

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. E-mail: [esther.radaelli@gmail.com](mailto:esther.radaelli@gmail.com).

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Comunicação Social (UFES), Doutora em Comunicação e Cultura (Eco/UFRJ). Desenvolve pesquisas que tem por objeto a relação entre comunicação e história, em especial a história do Brasil e do Espírito Santo no início do século XX. E-mail: [gabrielaalves@terra.com.br](mailto:gabrielaalves@terra.com.br).



(SCALZO, 2004), característica comum nas primeiras revistas lançadas no mundo. Existiram outras publicações que aqui chegaram junto com a corte portuguesa, porém, foram editadas na Europa. A falta de vontade política e o peso da censura explicam o início da experiência periódica da Colônia no exterior (MARTINS, 2001).

As revistas ganharam força durante o século XIX. A princípio, com o crescimento da população alfabetizada, encontrou-se nesse tipo de publicação um intermediário entre o livro, tido como erudito, e o jornal, publicação de notícias mais rápidas e imediatistas. “Intermediando o jornal e o livro, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação”, afirma Martins (MARTINS, 2001, p.40).

Entretanto, é importante destacar que nesse princípio da história, não só da revista, mas também de toda a imprensa nacional, muitas publicações tiveram seu fim em suas primeiras e segundas edições. A falta de recursos e de assinantes dificultava sua longevidade (SCALZO, 2004).

No Espírito Santo não foi diferente. Considerando ainda que se a chegada da imprensa se deu tardiamente no Brasil, no Espírito Santo demorou ainda mais. O “Estafeta” foi o primeiro jornal oficial e surgiu apenas em 1840 (MATTEDI, 2005).

Segundo Pereira (1926), entre os anos de 1840 (data do surgimento da imprensa no Espírito Santo) e o ano de 1926, foram catalogadas mais de 400 publicações no Estado. Porém, devido a inúmeras dificuldades, poucas perduraram, sendo que a maioria delas não publicou mais do que uma única edição e a grande parte não existiu por mais de um ano. Os principais diários da atualidade, *A Gazeta* e *A Tribuna*, surgiram somente em 1928 e 1938, respectivamente. (MARTINUZZO, 2008, p.39).

Um marco, no final do século XIX, fez com que a revista pudesse se tornar um veículo ainda mais acessível. Com a evolução técnica no que diz respeito à parte gráfica surgiu a ilustração. E a imagem estimulou no interesse do público:

O extraordinário avanço técnico registrado na Europa, a partir do último quartel do século XIX, foi amplamente utilizado pelos periódicos, enriquecendo ainda mais aquelas publicações, transformadas em objetos atraentes, acessíveis até mesmo ao público menos afeito à leitura, se não à população analfabeta, que recebia as mensagens através dos desenhos grafados de forma visualmente inteligível. (MARTINS, 2001, p.40).

A partir desses avanços técnicos, as revistas puderam aumentar sua tiragem, o que trouxe anunciantes, dessa forma, o custo das edições pôde diminuir, aumentando assim a vendagem. (SCALZO, 2004).



## 2.1 O Gênero: Revista

No início da sua vida, a revista se confundia com outras formas de publicação. A princípio, com grandes extensões e longe de ter o formato de hoje, pareciam mais com livros. A primeira publicação tida como revista, de 1663, *Erbauliche Monaths-Unterredungen* (Edificantes Discussões Mentais), tinha o aspecto comentado. Porém, é tida como revista por ter artigos de um mesmo assunto e por ter um público específico (SCALZO, 2004). Outra confusão comum estava na linha tênue que se dava entre revistas e jornais.

A tradicional evolução do jornal para a revista, observada nos primórdios de todo periodismo, reiterava o equívoco. Com frequência, as revistas surgiam originalmente em forma de jornal, de custo mais baixo, para, em seguida, transformar-se em revista periódica, abandonando o formato tabloide, as folhas soltas, incorporando uma capa que facilitava o manuseio e conferindo-lhe a configuração de brochura, quase um livro. (MARTINS, 2001, p.73).

Para Scalzo (SCALZO, 2004), é justamente a segmentação por assunto e por um tipo de público que forma a essência do veículo. Estabelecendo assim, um encontro entre editor e público, criando um fio invisível que une um grupo de pessoas e, que ajuda a construir identidade. Mais ainda, quando se trata do papel da revista, a jornalista afirma que:

Estudando a história das revistas, o que se nota em primeiro lugar não é uma vocação noticiosa do meio, mas sim a afirmação de dois caminhos bem evidentes: o da educação e o do entretenimento. (SCALZO, 2004, p.14).

## 3 Revista *Vida Capichaba*

O ano de 1922 teve acontecimentos importantes para se entender a história das revistas. Ano da criação do Partido Comunista do Brasil, do levante de 18 do Forte, marco inicial do movimento tenentista, ano do centenário da Independência do Brasil. E, além desses acontecimentos que suscitaram reflexões, foi o ano da Semana de Arte Moderna. A partir desse marco entrava em cena outra estética e outra censura, que prosseguiram pelos anos de 1930 com seus desdobramentos, compondo momento histórico diverso. (MARTINS, 2001)

A Semana de Arte Moderna estimulou o surgimento de inúmeras revistas e atualidades literárias no país. Os intelectuais brasileiros queriam um espaço para mostrar que aqui se produzia material de qualidade.

Influenciadas pelo modernismo e pela Semana de Arte Moderna de 1922, surgiram no Brasil várias revistas de vanguarda, que circulavam numa época em



que imprensa e literatura se confundiam. No entanto, nenhuma dessas publicações influenciou tanto a sociedade local como a *Vida Capichaba*. (MARTINUZZO, 2005, p.282).

Foi seguindo essa visão que surgiu, em 1923, a revista *Vida Capichaba*. A publicação trazia em suas páginas os mais importantes nomes da história capixaba. E ditou o comportamento da elite do estado, seu público alvo.

*Vida Capichaba* reunia o que havia de melhor no jornalismo e nas letras espírito-santenses, constituindo-se, assim, em preciosa fonte de indicações e informações sobre as décadas de 1920 a 1940 no Espírito Santo, considera, de outra forma, Bittencourt. (MARTINUZZO, 2008, p.132).

A primeira edição da revista foi lançada em abril de 1923, com tiragem de mil exemplares e custando 500 réis nas bancas. Já sua assinatura tinha o valor de: de 14\$000 a anual, 7\$000 a semestral e 5\$000 a trimestral. Porém, no segundo número os preços foram aumentados para 1\$000 o exemplar, e as assinaturas para 26\$000 a anual, 14\$000 a semestral e 10\$000 a trimestral (ROSTOLDO, acesso em 14 maio 2012).

Existia uma grande preocupação com a estética da revista. A publicação era colorida, impressa em papel couchê, geralmente tinha 36 páginas e era repleta de imagens. Além disso, suas capas e seu *design* geral eram influenciados pelo estilo *art-nouveau*. Com relação à fotografia, existia uma preocupação em colocar fotos de paisagem do interior do estado, com o intuito de atrair também quem vivia fora da capital Vitória. (MARTINUZZO, 2005, p.285).

A literatura era a temática principal da publicação. Encontra-se em suas páginas diversas formas de textos, como poemas, crônicas e contos. O fato de a revista ter essa proximidade com a literatura já aponta seu público alvo, considerando que apenas pequenas parcelas da sociedade eram próximas a esse universo:

A restrição do acesso a obras literárias, bem como ao ensino superior, já estava incrustado na cultura local, determinando também o público consumidor desse tipo de periódico. Já que as famílias ricas representavam o principal grupo consumidor das produções culturais, as revistas eram escritas sob a ótica elitista da época, carregando, desde seu nascimento, o caráter de segmentação de público. (MARTINUZZO, 2005, p.282).

Essa revista, que teve seu último número em 1957, teve sua história, em grande parte, durante o governo de Getúlio Vargas. Falando do contexto regional, o Espírito Santo, de 1930 até 1943, esteve sob o comando do interventor João Punaro Bley. Inclusive, a

publicação foi salva financeiramente pelo governo de Getúlio Vargas por algumas vezes (XAVIER, 2008).

### 3.1 Público alvo

Ao longo dos 34 anos de publicação, a revista *Vida Capichaba* teve 751 exemplares publicados. Todas essas revistas, salvo as que foram perdidas pelo tempo, estão no acervo que está disponível para consulta na Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha (BPES) – Vitória/ES.

Durante consultas a Biblioteca, pesquisando e analisando a revista, fica claro que *Vida Capichaba* possuía um público alvo bem específico, aliás, nem precisa de tanta observação para se constatar isso. A elite é a destinação da revista. Isso é identificado à medida que as editoriais da publicação vão sendo detectadas.

Na coluna *Sociaes*, por exemplo, casamentos, aniversários, noivados são anunciados, como em uma coluna social. Apenas a alta classe é retratada. Outro exemplo é a seção *Alfinetadas*, que traz comentários mais descontraídos sobre a vida da elite.

Quanto à temática, *Vida Capichaba* seguiu contemplando assuntos diversos, enfocando sempre a vida política e social do Estado de forma a manter a “ordem” e os costumes locais. Nesse contexto, duas das colunas de maior sucesso e mais antigas eram a “Alfinetadas” e a “Sociaes”. As duas seções nasceram com a revista e, desde então, comprometeram-se com assuntos da elite. Já naquela época, “Sociaes” fazia uma espécie de colonismo social, enquanto a “Alfinetadas” utilizava um ar satírico ao comentar sobre fatos e pessoas da alta sociedade. (MARTINUZZO, 2005, p.289).

Na seção de nome *Bazar de informação*, notícias do mundo eram trazidas, muitas vezes notícias um tanto quanto peculiares, como na edição de 10 de abril de 1930 (Figura 1), em que uma das informações dava conta de um grave ocorrido na Alemanha, em que seis pessoas morreram e trinta e nove ficaram gravemente enfermas, por terem comido carne de urso contaminada, em um restaurante local.



Figura 1 – Bazar de informações (Vida Capichaba, Vitória, n. 222. 10 abril. 1930.)

Grande espaço da revista era reservado para a cultura, com seções que falavam sobre música e cinema, e espaços para poemas, contos e outras formas literárias.

Segundo Achiamé, espelho do modelo oligárquico-agrárioexportador, a revista refletia o caráter provinciano típico da elite para a qual sua produção era dirigida. Determinando as tendências da época e perpetuando uma mentalidade



conservadora, *Vida Capichaba*, representava, oficialmente, o cotidiano espírito-santense. Um exemplo disso é que os negros e os operários não eram retratados pelo veículo. E caso fossem, isso acontecia de forma pejorativa. (MARTINUZZO, 2008, p.131).

As mulheres tinham bastante espaço na revista, sempre seguindo essa linha de “coluna social”. Por isso, a escolha por verificar a abordagem da revista diante de um tema que refletia sobre um novo aspecto da mulher. Menos mulher dondoca, e mais mulher política. Pois as colunas e seções eram voltadas para assuntos mais superficiais, não encarando a mulher com seu papel social e sim com seu estigma de mãe e dona de casa.

#### **4 Feminismo**

Hoje, as mulheres que se dizem feministas muitas vezes são olhadas com estranheza. Talvez por uma falta de compreensão do que é o feminismo ou, ainda, na crença de que hoje toda e qualquer igualdade entre os sexos foi conquistada. Para resolver a primeira questão de significação, Almeida Teles assim define o feminismo:

O feminismo é uma ideologia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa expressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais. (TELES, 1993, p.10).

Encarando o conceito de maneira ainda mais ampla, a autora (TELES, 1993) lembra que esse é um movimento político que tem como intuito questionar relações de poder que oprimem e exploram os seres humanos. Para existir uma mudança de quadro, precisa existir uma transformação social, econômica, política e ideológica na sociedade. E, considerando que vivemos em uma sociedade fundamentalmente patriarcal, o questionamento dessa realidade é bastante complexo.

Fazendo um resgate histórico, a luta das mulheres no Brasil esteve bastante engessada por anos. Isso decorre do contexto histórico-cultural em que o país está enquadrado.

A família patriarcal surgida com o advento da propriedade privada e que é a concretização da ‘grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo’ mostrava-se no Brasil colonial e monárquico em toda a sua pujança. (ALVES, 1980, p.86).

Durante o período colonial, e também o monárquico, as atividades econômicas eram fundamentadas na terra. O núcleo patriarcal era incontestável e as mulheres viviam para



servir os homens da família. E qualquer tipo de aprendizado era baseado na percepção de se tornar uma boa esposa.

Em termos de registros, os encontrados sobre mulheres no período colonial são mínimos. Nessa época, as mulheres, em sua maioria, eram negras, índias e brancas prostitutas. Apenas com a vinda de mulheres da classe dominante, que antecede um pouco a chegada da Corte de Portugal, é que se consegue alguma documentação (TELES, 1993). Porém, apenas quando não há maneira de deixar o fato sem registro e quando isso acontecia:

Quando não há como deixar de registrar a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim, desajustas. Tenho a impressão de que só chamam de heroínas, o que é raríssimo, aquelas que fizeram um ato corajoso mais ao lado dos seus maridos ou, num gesto extremo, deram a vida para salvar os homens. (TELES, 1993, p.13).

Visto isso, a mulher se encontrava em um ambiente que não lhe permitia espaço para contestação. Esse quadro só começou a se reverter quando o sexo feminino obteve maior espaço no campo de trabalho, ou seja, só com os efeitos da Revolução Industrial, que a possibilidade de questionar os papéis enquadrados para cada sexo começou a ser passível de uma crítica maior.

Mas o Brasil, por sua própria condição de dependência econômica, teve seu processo de industrialização atrasado. Consequentemente, por todo o século XIX a posição da mulher difere pouco daquela que ocupava durante a época colonial. (ALVES, 1980, p.87).

#### **4.1 A luta pelo voto: movimento sufragista**

O debate acerca do voto feminino, em nível de Congresso, abriu-se na Constituinte de 1891, porém, mesmo o direito ao voto feminino nascendo com essa Constituição, só foi reconhecido por um decreto-lei de 1932<sup>4</sup> (ALVES, 1980).

A luta sufrágica em si foi longa e árdua, sendo que as primeiras manifestações isoladas apareceram por volta de 1832, 1837 e, após, em 1870-75, relacionadas estas últimas com o abolicionismo, passando por severas críticas (sob forma, entre outras, de crônicas, pequenas histórias e até "risíveis piadas" veiculadas em jornais da época), embasadas em argumentos débeis, frágeis, se olhados com o distanciamento histórico hoje permitido, mas que a época encontravam grande sustentação e respaldo. (BESTER, 1997, p.15).

---

<sup>4</sup> Decreto I\12 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.



O debate acerca da conquista do voto feminino foi bastante longo e acalorado. Existia o aspecto jurídico em questão, porém, o que dificultava eram os valores morais vigentes na sociedade. No âmbito jurídico, a grande parte dos juristas apoiava o voto feminino, baseando-se na Constituição de 1891, a primeira republicana. O fato é que nela não existia referência à mulher, ou seja, não existia proibição ao voto. Como diz Bester (BESTER, 1997), essa omissão do texto deu margem a uma interpretação que tomou no sentido literal os termos usados no masculino. Como não fala especificamente de voto feminino, os anti-sufragistas diziam que o voto não poderia ser concedido. Porém, esse argumento não se sustentou, visto que na nossa língua é usual usarmos os termos em masculino, sem negar o feminino.

A questão é que existia um medo da mulher perder o seu papel, que era considerado como algo natural. A mulher como procriadora, zelosa e doce que cuida da casa; qualquer tipo de mudança nesse quadro poderia ocasionar a dissolução da família, na mente dos que eram contra o voto.

Mesmo as mulheres que estavam no centro desse debate não conseguiram atingir uma profundidade no questionamento dos papéis, a ponto de estranhar as funções que são instituídas como tarefas femininas. Acontece que o movimento sufragista no Brasil não conseguiu ultrapassar a estrutura de poder dominante, e as mulheres que estavam envolvidas eram exclusivamente de classe média e da burguesia (ALVES, 1980).

O debate sufragista não ultrapassou a ideologia dominante, mantendo intacta a imagem da mulher e de sua missão primordialmente feminina de mãe e dona-de-casa, e revelando-se incapaz de criticar as relações econômicas e ideológicas que fundavam a inferiorização. (ALVES, 1980, p.18).

Entretanto, pode-se pensar nessa falta de crítica mais profunda a partir do contexto. Como a própria autora destaca, deve-se pensar na época em que os discursos foram feitos. No final do século XIX e início do XX, a mulher não tinha o direito mais básico de um cidadão, que é o poder de votar.

Não se pode pedir a este feminismo que, enfrentando ambiente tão hostil, tenha também podido chegar a uma crítica da sociedade e do papel tradicional da mulher. Este passo está sendo dado hoje, numa fase posterior da luta feminista, em que os obstáculos mais óbvios já foram em parte removidos, deixando claro que a mutilação da personalidade feminina é parte da própria cultura e que a superação das barreiras ao nível jurídico e político, assim como no econômico, é apenas a primeira etapa. (ALVES, 1980, p.94).



## 4.2 O voto da mulher e a imprensa

Segundo Teles (TELES, 1993), só é possível obter registros expressivos sobre as mulheres quando a própria mulher começa a escrever em revistas e periódicos dirigidos ao público feminino, o que só ocorrerá no período que vai de aproximadamente 1850 até a conquista do voto feminino em 1934. O ano de 1934 foi o que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil confirmou, em seu art. 108, o estabelecido pela Lei Eleitoral de 1932 (BESTER, 1997).

Durante esse período, vários periódicos foram lançados com o intuito de divulgar os ideais feministas e levantar o debate sufragista. Como exemplo, em 1852, a jornalista Violante Bivar e Velasco lança o “Jornal das Senhoras”, primeiro jornal redigido por mulheres (ALVES, 1980).

Logo, durante os anos em que os ideais sufragistas ainda não tinham alcançado um espaço de decisão política, os jornais serviram para propagar as intenções do movimento. E, quando a discussão chegou ao Congresso, o papel da imprensa foi singular, pois “a importância do papel da Imprensa no estudo da luta sufragista está no seu caráter de testemunho ideológico de uma época”:

É quase impossível separar o histórico do sufragismo dos debates ocorridos no Congresso e na Imprensa. A estratégia do movimento estava voltada para a obtenção do voto através dos trâmites legais e estes passavam necessariamente pelos canais políticos, sendo registrados nos jornais. (ALVES, 1980, p.141).

## 4.3 A *Vida Capichaba* e o Voto Feminino

Toda essa contextualização foi vista como importante para que haja a compreensão da realidade da imprensa brasileira e de todo o processo que o debate sufragista teve até o decreto-lei de 1932. Considerando que foi um movimento iminente de classes mais abastadas, a revista *Vida Capichaba* se insere adequadamente no centro dessa estrutura de poder. Os artigos encontrados durante o final de 31 e o início de 32 foram os seguintes:

1. A mulher e o voto, edição de nº301. A data desta edição não está na capa, porém, veio em seguida da revista do dia 7 de novembro de 31.
2. Feminismo, edição de nº302. A data também não está na capa.



3. O feminismo no cartaz, a capa dessa revista não tem nem o número da edição e nem a data. Porém, ela estava logo depois da de 19 de novembro de 31.

4. Feminismo: Lydia Besouchet, edição de nº312, de 15 de março de 32.

Mesmo esse artigo sendo de 1933, gostaria de dar um destaque a ele, pois fala de Bertha Lutz, uma das maiores líderes do sufrágio feminista no Brasil.

5. A Candidatura da Sra. Bertha Lutz, edição de nº338, de 15 de abril de 33.

#### 4.4 Descrição dos artigos<sup>5</sup>

##### 4.4.1 A mulher e o voto

Ao final do artigo está assinado *Mlle. Século XX*. Logo, sabe-se que é uma mulher, pois *mlle.* é a abreviatura de *mademoiselle*. A autora fala sobre o pensamento predominante na época em que os jornalistas e os homens esperavam que uma moça falasse alguma bobagem para provar que ela não possuía a inteligência masculina. Porém, o objetivo do artigo é trazer o que Judith Castelo, uma feminista do Espírito Santo, falou em uma palestra. Segundo a autora do artigo, “uma das maiores inteligências de nosso E. Santo; um grande espírito, que para fugir a regra – é uma mulher”. O artigo, então, é introduzido com algumas ideias da *mademoiselle*, porém, o que a autora objetiva e faz é trazer transcritos trechos que ouvira de Judith Castelo. O artigo tem duas páginas, sendo que mais da metade do texto é proveniente dessa transcrição.

Judith Castelo fala sobre o modo como o homem vê a mulher e toca em um ponto fundamental para o debate feminista, considerando a força da igreja em nosso país e os ideários que ela traz consigo. Recordando o fato de Adão ter sido criado primeiro, ela diz:

Eis aí, de onde vem sua superioridade, nasceu primeiro; mas isso vem em nosso favor o homem estava pouco satisfeito e por isso deu lhe Deus uma companheira. Ora, *companheira* não é *escrava*, é uma pessoa nivelada a outra. (Revista *Vida Capichaba*, nº 301).

O bom feminismo consiste em cumprirmos bem os nossos deveres, sem nos apoiarmos nos homens. (Revista *Vida Capichaba*, nº 301).

---

<sup>5</sup> Infelizmente, os três primeiros artigos estavam com suas bordas um pouco cortadas. Algo que não atrapalhou no entendimento geral, porém, algumas partes do texto poderiam ter sido mais bem aproveitadas.



#### 4.4.2 Feminismo

Esse artigo foi escrito por uma mulher, Guilly Furtado Bandeira. A autora se baseia na concepção que existia na época de que a mulher pertencia ao homem. E em como eles usavam da mentalidade para legitimar um direito de posse, em que a mulher, caso pega com outro homem, podia ser castigada, assassinada.

Heroicamente usa do direito de vida e de morte que lhe conferem a religião, os usos, os costumes e a tradição, sobre a desgraça que aceitou seu auxílio, amparo, preferencia, sacrifício, a honraria de lhe dar o nome e emprestar-lhe um título, a glória de ser o seu dono, o *senhor* dessa pseudo propriedade. (Revista *Vida Capichaba*, nº 302).

Guilly fala de algo que Simone de Beauvoir discute em seu livro *Segundo Sexo* (1980). “Somente a mulher pode emancipar a própria mulher.” Simone de Bouvoir (BEAUVOIR, 1980, p. 13) fala em seu livro “[...] a ação das mulheres nunca passou de uma agitação simbólica; só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder; elas não tomaram; elas receberam”.

A mulher deve ser vista como uma companheira na escalada da emancipação humana, assim define Guilly. E para isso tem que se entender que mulher e homem são feitos da mesma natureza. De certa forma, percebe-se aí uma semelhança nas defesas desse artigo e do artigo descrito anteriormente, *A mulher e o voto*. Pois, ambos levantam essa bandeira da equivalência do sexo e tentam desmanchar o mito da superioridade masculina.

A mulher começa a esclarecer-se. Desabro-lha, enfim, depois de se haver conservado na vida embrionaria de semente, durante séculos, na eclosão esplendida da consciência firme e integral do valor próprio. (Revista *Vida Capichaba*, nº 301).

#### 4.4.3 O feminismo no cartaz

Néa Morgade de Miranda é a autora desse artigo. Começa seu texto exaltando a conquista do voto e o papel fundamental de duas mulheres: Maria Eugenia Affonso Celso e Bertha Lutz.

Assim solidarias, tendo todas o desejo ardente de valorizar a mulher, conseguiram o direito do voto, que veio definir honrosamente a posição que ela deve ocupar e sua independência na sociedade. (Revista *Vida Capichaba*).

Além de valorizar esse feito, Néa traz a conquista de duas advogadas que defenderam a causa de um crime em que puderam mostrar a capacidade da mulher. E contribuir para



uma maior aceitação do sexo em um ambiente que era restrito de homens e por isso, um local onde sofriam preconceito e opressão.

#### **4.4.4 Feminismo: Lygia Besouchet**

Esse foi o artigo encontrado que mais destoou dos demais, à medida que não aplaudiu o voto feminino e sim viu que essa conquista vinha de encontro com mulheres que não estavam preparadas para aproveitar desse direito. Pois ainda não haviam se dado conta nem mesmo de que viviam na pior das escravidões, aquela que desconhece sua qualidade de escrava, que nega ser propriedade do homem e ainda se orgulha de servir ao seu “amo ou senhor”.

O governo brasileiro, considerando: que o Brasil está colocado entre os países mais civilizados do mundo; considerando que, se auscultarmos a opinião da maioria das mulheres, ella é favorável ao voto; considerando ainda, que si as mulheres brasileiras, não pedem insistentemente o direito de votar, pensam entretanto com seus <crochets> insistentemente nele, resolver conceder o direito de votar á mulher. (Revista *Vida Capichaba*, nº312, de 15 de março de 1932).

Para comprovar o seu raciocínio, Lygia recorre a uma pesquisa que foi publicada em um jornal do Rio de Janeiro, feita com a elite feminina da então Capital da República. A pergunta era: Deve a mulher votar? 70% delas responderam que sim, porém, não votariam; 20% confessaram que “acharam ainda o meio termo ideal, capaz de condição de mãe de família”; e 10% foram totalmente a favor.

O pior porém de tudo isso, é que as do 70% não se contentaram em confessar que não iam fazer uso do voto; foram além: concluíram (com aquela mentalidade que já me referi) que <a mulher nunca será capaz de votar por si mesma – acompanhará sempre a opinião do pae, do irmão, do marido, do filho>; <que nós devemos ficar muito satisfeitas em continuar a ser os anjos do lar apenas; boas mães de família não pensam nas questões impuras da política, que a mulher está impossibilitada de se imiscuir nessas questões, porque é uma mentira – a razão sempre será vencida pelo sentimento.> Etc, Etc. (Revista *Vida Capichaba*, nº312, de 15 de março de 1932).

E assim, Lygia fecha o seu artigo lembrando que enquanto no mundo mulheres lutaram anos para ter essa conquista, aqui no Brasil, elas não sabem o que fazer com o brinquedo que receberam.

#### **4.4.5 A Candidatura da Sra. Bertha Lutz (Figura 2)**

Nesse artigo, sem autor junto ao texto, é noticiada uma Convenção com organização de mulheres que tinha acontecido no Rio de Janeiro. Além de ter debates sobre assuntos pertinentes à agenda do feminismo, a assembleia buscava escolher uma candidata para a

Constituinte. Bertha Lutz foi a escolhida por toda a sua trajetória de luta pela conquista do voto feminino e também pelo movimento feminista.

Figura de maior relevo entre as defensoras dos ideais feministas, sua maior propulsora e melhor coordenadora, aquela que conseguiu para suas irmãs o direito de cidadania, culminando em outras conquistas – Bertha Lutz estava antecipadamente indicada ao cargo a que dará o fugor de sua comprovada capacidade. Aclamada sua candidatura, considerada nacional, apoiada pelos mais ilustres nomes femininos e por mulheres de todas as classes, foi lançada uma vibrante proclamação (...). (Revista *Vida Capichaba*, edição de nº338, de 15 de abril de 1933).



Figura 1 – Sra. Bertha Lutz (Revista *Vida Capichaba*, Vitória, n. 338, 15 abr. 1933.)

Bertha Lutz foi a grande líder do movimento sufragista em seus últimos anos, sendo o seu nome um dos mais lembrados quando se toca no tema (BESTER, 1997). Ela também foi uma das bases de criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que teve importante papel nesse processo de lutas femininas.

## 5 Conclusão

Percebe-se que o debate com relação ao voto e ao papel da mulher na sociedade estava inserido na revista que falava com a elite do estado. Através dos artigos, dá para notar que as preocupações apresentadas para as mulheres do Espírito Santo também eram as preocupações do Brasil. O discurso dos que eram contra o voto foram expostos, assim como os contra-argumentos de quem se mostrava a favor.

É interessante perceber que muitas das mulheres que liam *Vida Capichaba* provavelmente não estavam inseridas no contexto de luta e de questionamento. Pois ainda estavam imersas em uma concepção muito estereotipada da mulher. Como aponta Martinuzzo (MARTINUZZO, 2005), a mulher era reverenciada na revista quase exclusivamente por sua beleza e fragilidade, e também por seu importante papel para a manutenção do *status quo* como mães e esposas “moralmente corretas”. Porém, a publicação abriu portas para uma reflexão que colocava em questão os valores vigentes até então.

A revista mostra, no que diz respeito ao movimento sufragista, que estava pronta para levar os dilemas políticos que estavam sendo debatidos no país para suas páginas, para além de só mostrar noivados e aniversários.



Infelizmente, como já foi explicitado nesse artigo, a participação das mulheres de classes mais baixas foi ínfima nesse movimento, e, através da revista, estas também não puderam conhecer os ideais levantados, considerando o caráter da publicação.

## 6 Referências Bibliográficas

A Candidatura da Sra. Bertha Lutz. **Revista Vida Capichaba**, Vitória, n. 338, 15 abr. 1933.

A mulher e o voto. **Revista Vida Capichaba**, Vitória, n. 301. nov. 1931.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BAZAR de informação. **Revista Vida Capichaba**, Vitória, n. 222. 10 abril. 1930.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BANDEIRA, Guilly Furtado. Feminismo. **Revista Vida Capichaba**, Vitória, n. 302. nov. 1931.

BESOUCHET, Lydia. Feminismo. **Revista Vida Capichaba**, Vitória, n. 312. mar. 1932.

BESTER, Gisela Maria. **Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, 1997. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/revistacf/article/view/23351/pdf>>. Acesso em: 6 maio 2012.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINUZZO, J. A. (Org.) ; AL., J. A. M. E. (Org.) . **Impressões Capixabas - 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória - ES: Imprensa Oficial do ES, 2005. Disponível em: <<http://www.comunicacaocapixaba.com.br/impressoesc.htm>>. Acesso em: 5 maio 2012.

MARTINUZZO, J. A. (Org.) . **Quase 200 - A imprensa na história capixaba**. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2008.

MATTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial do Espírito Santo**. Vitória, 2005.



MIRANDA, Néa Morgade de. O feminismo no cartaz. **Revista Vida Capichaba**, Vitória, nov./dez. 1931.

PENNA PIERANTI, Octavio; EMÍLIO MATOS MARTINS, Paulo. **Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa.** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1071-3.pdf>>. Acesso em: 25 abril 2011.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **“Vida Capichaba”: O retrato de uma sociedade – 1930.** Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **“Vida Capichaba”: o retrato de uma sociedade – 1930.** Em: <<http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio17.htm>>. Acesso em: 10 de set. 2011.

SCALZO, Marília Scalzo. **Jornalismo de revista.** 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Comunicação)

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil,** Braziliense, São Paulo, 1993.

XAVIER, K. R. L. **Mulher e poder nas páginas da revista *Vida capixaba* (1923-1945).** Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppghis/Documentos/2005-2/11.pdf>>. Acesso em: 23 abril 2011.